



PREFEITURA MUNICIPAL

FORMIGA-MG

Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI N° 160 /2021

Autoriza abertura de crédito suplementar e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE FORMIGA, POR SEUS REPRESENTANTES, APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Município de Formiga autorizado a abrir crédito suplementar criando elementos de despesas no Orçamento Vigente no valor de R\$ 342.391,22 (trezentos e quarenta e dois mil trezentos e noventa e um reais e vinte e dois centavos) na dotação abaixo discriminada:

1	PREFEITURA MUNICIPAL	
1.09	SECRETARIA DE SAÚDE	
1.09.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0001.2.566	Enfrentamento a COVID-19	
319004 – 155	Contratação por Tempo Determinado	40.000,00
319011 – 155	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	13.000,00
319013 – 155	Obrigações Patronais	9.200,00
319016 – 155	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	2.730,00
319113 – 155	Obrigações Patronais	4.049,59
10.302.0009.2.504	Manutenção das Atividades Ambulatorial e Hospitalares - MAC	
339039 – 155	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	273.411,63
TOTAL		342.391,22

Art. 2º Para fazer face à despesa de que trata o art. 1º, fica utilizada a tendência ao excesso de arrecadação, conforme art. 43, §1º, II da Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Formiga, 30 de julho de 2021.

EUGENIO VILELA JUNIOR	Assinado de forma digital por EUGENIO VILELA JUNIOR	10.000,00
9653	JUNIOR79918549653 Dados: 2021-07-30 16:33:51 03'00'	9.000,00
319016 – 155	EUGÉNIO VILELA JUNIOR Prefeito Municipal	2.730,00
		1.049,59

Rua Barão de Piunhi, 121 Centro CEP: 35570-128 – Formiga – MG.
Fone: (37) 3329-1813



PREFEITURA MUNICIPAL
FORMIGA-MG
Gabinete do Prefeito

Mensagem nº 0111/2021

Assunto: Encaminha Projeto de Lei.

Data: 30 de julho de 2021

Senhor Presidente,

PROTÓCOLO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA
Pasta: 166/18m
Data: 30/07/2021
Assinatura:

Com meus cordiais cumprimentos, submeto à apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo, por meio do qual se almeja autorização para que o Município de Formiga possa abrir, no orçamento vigente, crédito suplementar no valor de R\$ 342.391,22 (trezentos e quarenta e dois mil trezentos e noventa e um reais e vinte e dois centavos), utilizando-se recursos provenientes de excesso de arrecadação, conforme previsto na Lei Nacional nº 4.320, de 17 de março de 1964, em seu art. 43, § 1º, II.

Trata-se de recurso repassado pelo Fundo Estadual de Saúde, nos termos da Resolução SES/MG nº 7.607, de 20 de julho de 2021, da Secretaria de Estado de Saúde, por meio da qual foi autorizado o resarcimento da produção aprovada do Procedimento 03.03.01.022-3 – Tratamento de Infecção pelo Coronavírus para municípios com gestão de seus prestadores, que é o caso de Formiga.

Diante do exposto, pede-se que esta Casa Legislativa, recebendo o projeto, determine seu encaminhamento para a votação, para que o Município de Formiga possa fazer o seu processamento segundo as normas Regimentais, aprovando-o para que possa surtir efeitos.

Atenciosamente,

EUGENIO VILELA Assinado de forma digital 30/07/2021 às 10:55:00, CTA
por EUGENIO VILELA
JUNIOR:7991854
Dados: 2021.07.30
9653 15:33:34 -03:00'

EUGÊNIO VILELA JÚNIOR
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Formiga
Vereador Flávio Martins da Silva – Flávio Martins
Câmara Municipal de Formiga - MG

Rua Barão de Piunhi, 121 Centro CEP: 35570-128 – Formiga - MG.
Fone/Fax: (37) 3329-1813 recebendo o projeto

Este é um documento eletrônico, destinado ao presidente da câmara municipal de Formiga para que possa ser



RESOLUÇÃO SES/MG N° 2607, DE 20 DE JULHO DE 2021

Autoriza o resarcimento da produção aprovada do procedimento 03.03.01.022-3 – TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVÍRUS – COVID-19 para Municípios com gestão de seus prestadores, referente à competência maio de 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, que lhe conferem o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual n.º 23.304, de 30 de maio de 2019, e considerando:

- a Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

- a Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o §3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo, revoga dispositivos das Leis n.ºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- a Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Estadual n.º 13.317, de 24 de setembro de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais;

- a Lei Estadual n.º 23.751, de 30 de dezembro de 2020, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2021;

- o Decreto Federal n.º 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

- o Decreto Estadual n.º 45.468, de 13 de setembro de 2010, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação das contas de recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;

- o Decreto NE n.º 113, de 12 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória 15.1.10 Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

- o Decreto Estadual n.º 47.886, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infeciosa viral respiratório causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 Comitê Extraordinário COVID-19 e dá outras providências;

- o Decreto Estadual n.º 47.891, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19);

- o Decreto Estadual n.º 48.102, de 29 de dezembro de 2020, que prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, no âmbito de todo o território do Estado;

- o Decreto Estadual n.º 48.205, de 15 de junho de 2021, que prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, no âmbito de todo o território do Estado;

- a Portaria MS/GM n.º 454, de 20 de março de 2020, que declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do Coronavírus (covid-19);

- a Portaria MS/SAES n.º 245, de 24 de março de 2020, que inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico clínico de COVID-19 e altera o Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH/SUS) para permitir o registro de ações relativas ao enfrentamento da COVID-19;

- o Plano Estadual de Saúde 2020-2023, aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde em 14 de dezembro de 2020;

- a Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 n.º 8, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais a serem adotadas pelo Estado e município enquanto durar a situação de emergência em saúde pública no Estado;



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MINAS GERAIS

- a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia Coronavírus COVID-19, em todo o território do Estado;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.397, de 30 de abril de 2021, que aprova o resarcimento da produção aprovada do procedimento 03.03.01.022-3 – Tratamento de Infecção pelo Coronavírus – COVID 19 para municípios com gestão de seus prestadores a partir da competência março de 2021;

- a Deliberação CIB/SUS-MG nº 3.438, de 11 de junho de 2021, que aprova a alteração do § 3º do art. 1º da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.397, de 30 de abril de 2021, que aprova o resarcimento da produção aprovada do procedimento 03.03.01.022-3 – Tratamento de Infecção pelo Coronavírus – COVID 19 para Municípios com gestão de seus prestadores, a partir da competência março de 2021;

- o Ofício nº 199/2020/5^ªCCR/MPF, que trata das excepcionalidades nos repasses de recursos federais a municípios plenos em decorrência do TAC firmado entre MPF, BB e CEF;

RESOLVE:

Art. 1º – Autorizar o resarcimento da produção do procedimento 03.03.01.022-3 – TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVÍRUS – COVID 19 para Municípios com gestão de seus prestadores referente à competência maio de 2021.

Art. 2º – O valor do resarcimento de que trata esta Resolução perfaz o montante de R\$ 32.570.976,09 (trinta e dois milhões, quinhentos e setenta mil, novecentos e setenta e seis reais e nove centavos), que correrá à conta da dotação orçamentária nº 4291.10.302.026.1008.0001 - 334141 - 10.1.

§ 1º – Estão aptos ao recebimento do recurso financeiro os Municípios relacionados no Anexo Único desta Resolução.

§ 2º – Para fins de cálculo do resarcimento foi considerado o valor total das internações aprovadas no Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH) na competência maio/2021, observado o código de procedimento mencionado no art. 1º

desta Resolução, excluídas as diárias de leitos de UTI e de leitos de suporte ventilatório pulmonar (LSVP).

§ 3º – O recurso financeiro discriminado no caput deste artigo será transferido para o Fundo Municipal de Saúde, competindo ao gestor do Município que esse já financiou os referidos leitos.

Parágrafo único – Caso o Ministério da Saúde aporte recursos para o custeio da produção no teto de Município eleito(a) no Anexo Único desta Resolução, a SES/MG realizará encontro de contas em pagamentos futuros ou solicitará ao gestor do respectivo Fundo Municipal de Saúde a devolução do recurso para o Fundo Estadual de Saúde, conforme o caso.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 20 de Julho de 2021.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
Secretário de Estado de Saúde

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 7607, DE 20 DE JULHO DE 2021

VALORES DE RESSARCIMENTO DA PRODUÇÃO APROVADA PARA O PROCEDIMENTO 03.03.01.022-3 – TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVÍRUS – COVID 19 – COMPETÊNCIA MAIO/2021

CÓDIGO / MUNICÍPIO	VLA PAGAR (R\$)
310090 / ÁGUAS FORMOSAS	79.177,20
310120 / ALURUCA	129.513,46
310160 / ALFENAS	154.514,56

Arquivo Edital Operações Estaduais Quantitativo Gráfico Apêndice

Dados de Análise - Arquivos Reduzidos Substância Frequência Valor Total Viver em Diários de UTI segundo Hospital

Hospital MG (CNEIS)	Total	Frequência	Valor Total	Valor UTI	Diárias do UTI
0657404 HOSPITAL DE CAMPANHA COVID-19 DE FORMIGA	44	750.279,50	488.460,52	0,00	277
2142378 HOSPITAL SÃO LUIZ DE FORMIGA	148	621.851,35	468.440,32	0	277

277.273 411,63

[Opções]

DIF=C:\Tab\Win98\RD2008.DEF
RATH-DADOS-ND.dbc

Linha-Hospital MG (CNEIS)

Incremento-Frequencia

Incremento-Valor Total

Incremente-Diárias de UTI

Suprime_Linhas_Zeradas=true

Não_Classificados=0

[Seleções_Ativas]

BotãoInício_inícioRotação: 312610 Formiga

[Arquivos] 030301023 TRATAMENTO DE INFECÇÃO PELO CORONAVIRUS - COVID-19

RODG2105.dbc

Registros Processados: 100000

* [ConsultarRelatórioRelatório de Registros Processados] * [ConsultarRelatórioRelatório de Registros Processados]

✓ [Mudar opções tabelas] Copiar para clipboard Retornar consulta

Fechar

Paginação: 343 391,22

Rodops	Notas	Linhas	ChaveZ
Acionar	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1403
24/07/2021

